

Habilitações académicas — licenciatura em Direito, concluída em 1990.

Experiência profissional:

Desde 1 de Janeiro de 2006 — nomeada chefe de divisão de Económico e Património, da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em regime de substituição; funções — coordenação das tarefas prosseguindo os objectivos da DEP;

Julho de 2005 — nomeada técnica superior jurista principal dos quadros da Câmara Municipal de Lisboa;

Desde 16 de Junho de 2003 e até 31 de Dezembro de 2005 — afecta ao Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa; funções — elaboração de acções/contestações/recursos hierárquicos/pareceres jurídicos relacionados com a temática das empreitadas de obras públicas, fornecimentos de serviços e prestações de serviços;

1999 — nomeada técnica superior jurista de 1.ª classe no Departamento de Construção de Vias da Câmara Municipal de Lisboa; funções:

Responsável pela área de empreitadas de obras públicas, prestações de serviços e fornecimentos de bens e serviços;

Elaboração de contratos de empreitadas/contratos adicionais;

Presidente das comissões de abertura de concursos;

Responsável pelo acompanhamento jurídico de acidentes de viação;

Responsável pela área do pessoal;

Coordenadora do Núcleo de Apoio à Formação Profissional;

Instrutora de processos disciplinares;

1997 — integrada nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa, no Departamento de Construção de Vias, com a categoria de técnica superior de 2.ª classe;

1996-1997 — estágio probatório para a carreira de técnico superior jurista no Departamento de Construção de Vias da Câmara Municipal de Lisboa;

1993-1995 — afecta ao mesmo Departamento, em regime de prestação de serviços e contrato a termo certo;

1992 — estágio de aperfeiçoamento profissional na Direcção de Projecto dos Acessos a Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa;

1992 — concluiu o estágio de advocacia em Lisboa, durante um período de 18 meses.

Formação profissional:

Compras electrónicas;

Factura electrónica;

Novo contencioso administrativo;

Estatuto Disciplinar na Administração Local;

Formação pedagógica de formadores;

Regime jurídico de empreitadas de obras públicas e fornecimentos.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Prospectiva e Planeamento

### Despacho n.º 15 713/2006

Por meu despacho de 6 de Julho de 2006:

Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços do Investimento do Sector Público Administrativo, cargo de direcção intermédia, do quadro de pessoal deste Departamento, torna-se necessário proceder à nomeação de um director de serviços, em regime de substituição, até à nomeação de um novo titular do cargo, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços:

Assim, considerando o perfil profissional da licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos, chefe de divisão de Acompanhamento e Avaliação de Grandes Projectos, evidenciado no *curriculum vitae* anexo ao presente despacho e tendo em consideração a avaliação de *Muito bom* no ano de 2005, nomeio, em regime de substituição, nos termos dos artigos 7.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, directora de serviços do Investimento do Sector Público Administrativo a licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos, técnica superior principal do quadro de pessoal deste Departamento.

O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de Março de 2006.

6 de Julho de 2006. — O Director-Geral, João Eduardo Gata.

### Curriculum vitae

Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos.

Licenciatura em Agronomia, especialidade em Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Pós-graduação em Especialização em Estudos Europeus, pelo ISEG, organizado pelo Centro de Estudos e Documentação Europeia.

Actividade profissional:

Desde 1990, a exercer funções na Direcção de Serviços de Investimento no Sector Público Administrativo (ex-DSIES), inicialmente como técnica superior acompanhando diversos sectores, quer na preparação e regionalização do PIDDAC, quer no acompanhamento da execução do mesmo. Colaborou também na elaboração das GOP através da disponibilização de contributos nas áreas atribuídas. Colaborou na realização do relatório sobre a adicionalidade do OCA II, nomeadamente o estudo e desenvolvimento do sistema de informação necessário ao exercício da adicionalidade, definição da metodologia para tratamento da informação incluída em PIDDAC, bem como do suporte informático inerente. Participou ainda na selecção dos programas PIDDAC a contemplar na verificação do princípio da adicionalidade, no apuramento das despesas elegíveis em PIDDAC e na concepção dos suportes de informação necessários à recolha de elementos de entidades exteriores;

Desde 1997, como chefe de divisão no Departamento de Prospectiva e Planeamento, Direcção de Serviços de Investimento no Sector Público Administrativo, coordenou a elaboração do PIDDAC e regionalização que é elaborada anualmente no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado e ainda os trabalhos inerentes ao acompanhamento e execução do PIDDAC nas áreas afectas. Colaborou ainda nos trabalhos de elaboração dos relatórios *on going* e *ex post* da adicionalidade, no âmbito do OCA II. Coordenou a concepção e implementação do sistema de gestão de processos na Direcção de Serviços;

Coordenou o projecto de análise sistematizada do sistema de informação sobre investimento público utilizado no DPP, SIPIDDAC, com vista à actualização da base de dados e à constituição de um documento de suporte à utilização do sistema. Participou em diversas reuniões técnicas de discussão da nova lei do enquadramento orçamental;

Colaborou nos trabalhos preliminares de preparação do PIDDAC, de acordo com a Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, no que reporta à orçamentação por programas;

Apresentou um modelo de relatório de execução anual global, tendo coordenado a sua execução no âmbito da Direcção e Serviços.

Coordenou a preparação dos mapas xv e xv-A anexos à Lei do Orçamento do Estado, relativos ao PIDDAC 2006, coordena a gestão do PIDDAC 2006 e a elaboração do relatório de execução do PIDDAC 2005;

No âmbito de estudos a desenvolver na Direcção de Serviços, coordena a elaboração do trabalho relativo à constituição de um painel de indicadores para o PIDDAC e o estudo sobre a análise de convergência de prioridades estratégicas no QREN 2007-2013 e no PIDDAC.

Trabalhos publicados:

«A aplicação dos regulamentos comunitários ao sector agrícola português — estrutura e investimento», Ana Teresa Ferreira, publicado no n.º 13 da revista *Planeamento* (MEPAT/DPP);

«A reforma da PAC», Ana Teresa Ferreira, publicado no n.º 16 da revista *Planeamento* (MEPAT/DPP);

«Princípio da adicionalidade: aplicação ao II Quadro Comunitário de Apoios», Ana Teresa Ferreira e Maria da Graça Matos, publicado no vol. 2 de 1996 da revista *Prospectiva e Planeamento*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

### Despacho (extracto) n.º 15 714/2006

Por despacho de 31 de Maio de 2006 da subdirectora-geral da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, foi nomeada, em comissão de serviço extraordinária, por seis meses, mediante reclassificação profissional, na categoria de auxiliar de acção educativa, nível 1, da carreira de auxiliar de acção educativa do quadro de vinculação do distrito de Bragança, quadro distrital de vinculação de pessoal não docente dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e de acordo com as regras definidas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção